

Pensando a UNICAMP – número 8

Entendendo a proposta orçamentária 2017 e seu impacto para a UNICAMP

Léo Pini Magalhães

Ivan Luiz Marques Ricarte

Este Número é dedicado ao tema Orçamento da UNICAMP e apresenta um panorama do quadro orçamentário atual de nossa Universidade. Com isto buscamos equalizar o conhecimento sobre o tema e vislumbrar números para o ano da travessia – 2017 – entre o regime fortemente centralizado atual e o descentralizado futuro.

A receita da UNICAMP é majoritariamente proveniente de uma porcentagem (quota-parte de 2,1958%) do ICMS paulista, em torno de R\$ 2 bilhões por ano. Outras fontes de receita anual incluem o repasse da Lei Kandir (R\$ 10 milhões) e recursos próprios provenientes de aplicações financeiras (pouco mais de R\$ 120 milhões). Já as despesas com pessoal também estão na ordem de R\$ 2 bilhões por ano, havendo ainda despesas de utilidade pública (água, energia elétrica), restaurantes e transportes, despesas contratuais, programas de apoio (manutenção predial, aquisição de periódicos, FAEPEX, bolsas), manutenção das atividades existentes (custeio das Unidades) e projetos especiais (como aquisição de livros, atualização tecnológica e Campus Tranquilo).

Vejamos nossa situação em 2016. Segundo dados da Assessoria de Economia e Planejamento da UNICAMP (AEPLAN), a estimativa para nossa receita total em 2016, estimada em dezembro de 2015, era de R\$ 2,299 bilhões (R\$ 2,130 bilhões da quota-parte do ICMS); essa estimativa foi revisada para R\$ 2,153 bilhões em junho e para R\$ 2,132 bilhões em outubro de 2016, com R\$ 1,969 bilhão da quota-parte do ICMS. Assim, constatamos uma queda na receita superior a R\$ 160 milhões da previsão inicial para a revisão de outubro. Por outro lado, a previsão de despesas (ainda de acordo com dados da AEPLAN) aumentou em cerca de R\$ 54 milhões no mesmo período, principalmente em pessoal (R\$ 38,5 milhões) e em despesas contratuais (R\$ 7,5 milhões), apesar de uma redução de cerca de R\$ 4,3 milhões em programas de apoio. Com isto, interpretando as informações da AEPLAN, houve um deficit de pelo menos R\$ 216 milhões em 2016.

A proposta orçamentária 2017, submetida ao CONSU e aprovada em dezembro de 2016, estima uma previsão de transferência à UNICAMP de R\$ 2,089 bilhões através de nossa quota-parte do ICMS, o que corresponde a uma previsão de acréscimo de 6,05% em relação à última previsão feita em outubro de 2016 para o Orçamento 2016. A receita total estimada é de R\$ 2,367 bilhões, valor necessário para cobrir as despesas previstas na proposta orçamentária, que já inclui um deficit de R\$ 270 milhões e isto sem ter incluído qualquer previsão para a data base de abril de 2017.

Como se cobre esse deficit? Majoritariamente, com o uso de recursos próprios e com o uso adicional da Reserva Estratégica. A maior parte dos recursos próprios tem origem nos rendimentos financeiros da Reserva Estratégica, implicando o seu uso na redução do valor real da Reserva. Essa Reserva alcança hoje, conforme estimativa relatada na reunião do CONSU de dezembro de 2016, um valor entre R\$ 650 e R\$ 700 milhões quase que integralmente já comprometido (despesas futuras a realizar). Não sabemos a parte desta reserva que efetivamente não pode ser usada e a parte que ainda pode, por estar ligada a despesas não iniciadas. Assim a realização do orçamento de 2017 forçará o cancelamento de despesas comprometidas mas não iniciadas como, por exemplo, construções civis.

O exposto acima mostra o estado delicado, do ponto de vista orçamentário, em que se encontra a UNICAMP. Precisaremos definir prioridades e estratégias para superar esse ano da travessia!

Deve-se compreender que as informações acima listadas prendem-se ao que se denomina valores orçamentários. As informações sobre o montante extra orçamentário não é público.

Venham pensar conosco!



/pensandoaunicamp



@pensandounicamp



pensandoaunicamp.blogspot.com.br